



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Sem “clima” para golpe, e pedido de desculpas

Em interrogatório no STF, Bolsonaro diz que não havia “oportunidade” para uma investida contra o Estado de direito, mas afirma ter buscado “alternativas”, inclusive com militares, para anular eleições, “dentro da lei”. Ele se retrata de acusação contra Moraes

» LUANA PATRIOLINO
» MAIARA MARINHO

O ex-presidente Jair Bolsonaro, réu na ação penal sobre a tentativa de golpe de Estado, negou ser participante de um plano criminoso para reverter o resultado das eleições de 2022. No entanto, no interrogatório na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), admitiu ao ministro Alexandre de Moraes ter tentado “alternativas”, após falhar no ataque à lisura das urnas eletrônicas.

Questionado por Moraes se o almirante Almir Garnier, então comandante da Marinha, colocou as tropas à disposição para a concretização do golpe, Bolsonaro negou: “Em hipótese alguma. Não tinha clima, não tinha oportunidade de nem base minimamente sólida para fazer qualquer coisa”.

Mais comedido do que em outras situações em que esteve diante do Judiciário, Bolsonaro rechaçou a palavra golpe, mas afirmou que debateu com aliados sobre possibilidades “dentro da lei”. Disse que houve reuniões com militares para discutir possíveis saídas, após a rejeição de uma ação do PL no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que questionava a segurança das urnas.

“As conversas eram bastante informais. Era conversa informal para ver se existia alguma hipótese de um dispositivo constitucional para a gente atingir o objetivo que não foi atingido no TSE. Isso foi descartado na segunda reunião”, afirmou.

Ao falar sobre a trama golpista apresentada na denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ex-presidente afirmou que qualquer movimento nesse sentido seria “abominável”. “Da minha parte, ou da parte dos comandantes militares, nunca se falou em golpe. Golpe é uma coisa abominável. O golpe até seria fácil de começar,

Antonio Augusto/STF



No interrogatório mais esperado do chamado “núcleo crucial” da trama golpista, o ex-presidente Jair Bolsonaro ficou frente a frente com o ministro Alexandre de Moraes no STF



Da minha parte, ou da parte dos comandantes militares, nunca se falou em golpe. Golpe é uma coisa abominável. O golpe até seria fácil de começar, o after day é que seria imprevisível e danoso para todo mundo”

Jair Bolsonaro,
ex-presidente da República

o after day (dia seguinte) é que seria imprevisível e danoso para todo mundo. O Brasil não poderia passar por uma experiência dessas”, sustentou.

Ele admitiu ter recebido sugestões para decretar estado de sítio no país. A medida extrema permite ao presidente da República suspender temporariamente garantias constitucionais para lidar com situações que ameacem a ordem pública. “Em poucas reuniões, abandonamos qualquer possibilidade de ação constitucional. Abandonamos e enfrentamos aí o ocaso do nosso governo”, alegou. “A discussão sobre esse assunto já começou sem força, de modo que nada foi à frente.”

Bolsonaro afirmou ter conversado com os comandantes das Forças Armadas a decretação de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para tratar dos acampamentos dos golpistas em frente aos quartéis. E chamou de “malucos” extremistas que pedem intervenção militar. “Tem os malucos que ficam com essa ideia de AI-5, de intervenção militar das Forças Armadas”, disparou. Ele negou ter incentivado o 8 de

Janeiro. “Não tem nada meu ali, estimulando aquela baderna que nós repudiamos.”

O ex-chefe do Executivo também refutou ter editado a chamada minuta golpista. No acordo de delação premiada, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, relatou que o ex-presidente leu e fez alterações no documento.

Confrontado sobre as reuniões ministeriais em que teria falado sobre a minuta com militares, Bolsonaro tentou contextualizar os encontros como reações legítimas a decisões do tribunal eleitoral. “Essas reuniões ocorreram, em grande parte, motivadas por decisões do TSE. Uma delas foi a multa de R\$ 22 milhões, que nos abalou”, declarou, referindo-se à penalização imposta durante a campanha de 2022.

Cid sustentou no STF que Bolsonaro esperava encontrar fraude nas urnas para justificar uma intervenção militar no país. Por

» Convite ao ministro para ser “vice”

Com o passar da sessão, ontem, o clima ficou mais ameno entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o relator da trama golpista, ministro Alexandre de Moraes. O ex-chefe do Executivo até pediu licença para fazer uma brincadeira com o magistrado, que respondeu: “Eu perguntaria a seus advogados antes”, provocando risos entre os presentes. Bolsonaro completou: “Gostaria de convidá-lo para ser meu vice em 2026”. Moraes reagiu: “Eu declino”, levando novamente a risos, inclusive do réu.

esse motivo, pressionava o general Paulo Sérgio Nogueira, então ministro da Defesa, por um relatório duro indicando as possibilidades de fraude no pleito.

No início da audiência, Bolsonaro pediu desculpas a Moraes por tê-lo acusado, sem provas, de que estaria “levando US\$ 50 milhões” para fraudar o resultado das eleições de 2022 e favorecer o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. À época, o ministro era presidente do TSE.

Segundo Bolsonaro, a declaração foi dada em “um momento de desabafo entre amigos”. “Não tem indício nenhum. Era uma reunião que não era para ser gravada, era uma retórica, um desabafo. Peço desculpas. Eu não tinha intenção de afirmar nenhum desvio de conduta de vocês”, disse.

A acusação de Bolsonaro contra Moraes ocorreu numa reunião em julho de 2022, com a alta cúpula do governo. No encontro, ele disse que os ministros do STF Edson Fachin e Luís Roberto Barroso receberam indevidamente US\$ 30 milhões.

» LEIA MAIS sobre o julgamento na página 4

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Bolsonaro minimiza atos golpistas e politiza julgamento

O depoimento de Jair Bolsonaro, ontem, no julgamento que apura sua responsabilidade na tentativa de golpe de Estado foi pautado pela naturalização dos atos golpistas nos quais esteve envolvido e pela politização da ação penal. O ex-presidente aproveitou a transmissão ao vivo da sessão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para enaltecer o seu governo. Elogiou seu ministério “excepcional”, disse que levou água para o Nordeste, dobrou o valor do Bolsa Família, criou o Pix e entregou o Porto de Santos e Itaipu Binacional com superavit. “Quando a gente começa a tapar os ralos da corrupção, aparecem as inimizades”, ironizou.

Descontraído, Bolsonaro convidou o ministro Alexandre de Moraes para ser seu vice-presidente em 2026. O ex-presidente falava de suas viagens pelo país e anunciou que pretende ir ao Rio Grande do Norte na próxima semana. Nesse momento, perguntou a Moraes se queria que lhe enviasse as imagens da viagem, e o ministro declinou, laconicamente. Bolsonaro então perguntou se poderia fazer uma brincadeira com Moraes, e o ministro sugeriu que perguntasse aos

seus advogados antes. Foi aí que Bolsonaro convidou Moraes “para ser meu vice em 2026”. Rindo, Moraes respondeu: “Eu declino novamente”.

O depoimento transcorreu com tranquilidade, mesmo quando inquirido mais incisivamente por Moraes. Bolsonaro sustentou que se manteve na legalidade: “Sempre joguei nas quatro linhas da Constituição”. Mais uma vez, afirmou que sofreu perseguição do STF, que o teria impedido de governar, de baixar preços de combustíveis. Minimizou suas suspeitas de fraude em relação às urnas eletrônicas: “Não é algo privativo meu”. Disse que o ministro Flávio Dino e Carlos Lupi também questionam as urnas eletrônicas brasileiras. Pediu para passar um vídeo de Dino, mas isso não foi permitido por Moraes.

Para justificar seus ataques à urna eletrônica, Bolsonaro alegou que o ex-secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Giuseppe Janino entrou no sistema pela senha do ministro do TSE Sérgio Banhos, o que o fez se preocupar com a segurança dos sistemas da Justiça Eleitoral. Sobre as acusações que fez durante uma

reunião ministerial, de que os ministros Luís Roberto Barroso e Edson Fachin teriam recebido R\$ 30 milhões, e Moraes, R\$ 50 milhões, Bolsonaro disse que falou de forma retórica e pediu desculpas, porque ele não tinha indícios que os magistrados receberiam esses valores.

Na condição de réu, foi o primeiro depoimento de Bolsonaro sobre a tentativa de golpe, o sexto interrogado do chamado “núcleo duro” da trama golpista. Como era de se esperar, negou categoricamente qualquer tentativa de golpe. Disse que nunca cogitou ações extremas como estado de defesa ou sítio; rebateu relatos de interferência militar, dizendo nunca ter sido avisado de prisão por generais, e que “as Forças Armadas sempre primaram pela disciplina”. Ao insistir que teria respeitado os limites constitucionais, admitiu diálogos com militares, mas dentro do que ele considerou constitucional. O tempo todo manteve postura altiva e evitou autoincriminação.

Palanque político

Bolsonaro é apontado pelo Ministério Público Federal (MPF) como o

centro do esquema golpista, com base na delação do tenente-coronel Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordens, que relata ter presenciado Bolsonaro revisar a chamada minuta do decreto para anular o resultado eleitoral e que se recusou a deter manifestações pró-intervenção militar. O ex-presidente contesta e diz que agiu conforme a lei.

Não basta ao tribunal a delação de Mauro Cid, é preciso avaliar provas materiais de seu envolvimento nos atos golpistas: documentos, gravações e mensagens. O seu depoimento mostrou o que já era de se esperar: o julgamento será um palanque político para o ex-presidente, sobretudo se avançar no tempo em direção a 2026. Por essa razão, Moraes pisou no acelerador dos depoimentos, como ficou claro desde segunda-feira, quando os depoimentos avançaram noite adentro.

Embora inelegível até 2030, Bolsonaro segue sendo um grande ator político e dá como favas contadas a derrota do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no próximo ano. A chave da estratégia de Bolsonaro é combinar a negação técnica das acusações, refutando o tempo

todo ter falado em golpe, com a vitimização, na qual minimiza os fatos e alega perseguição política.

A aposta da defesa de Bolsonaro é a falta de provas robustas sobre o envolvimento direto do ex-presidente na tentativa de golpe. Essa tese foi a mesma apresentada pelos demais réus, que também minimizaram os fatos. Entretanto, Bolsonaro e seus ex-ministros enfrentam uma acusação estruturada, com delações, provas documentais e relatos de testemunhas.

Resumindo a ópera, Bolsonaro negou qualquer envolvimento em plano golpista, disse que não discutiu medidas como estado de sítio ou defesa e que nunca autorizou nenhum tipo de movimento antidemocrático. Tentou construir a imagem de que teria atuado dentro da legalidade constitucional, ainda que em diálogo constante com militares. Transformou parte do depoimento em discurso político, o que foi interpretado por analistas como tentativa de mobilizar sua base eleitoral mesmo no ambiente judicial.

Confronta, porém, as acusações do MPF, de que editou minutas de decreto para intervir no resultado eleitoral; reuniu comandantes militares para tentar apoio à ação golpista; e tinha conhecimento de manifestações golpistas e não agiu para contê-las.